



# Portugal-Brasil no século XX

Sociedade, Cultura e Ideologia

*Organização*

Christiane Marques Szesz

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Sandra Maria Lubisco Brancato

Renato Lopes Leite

Artur Cesar Isaia

  
EDUSC

*Coordenação Editorial*  
Irmã Jacinta Turolo Garcia

*Assessoria Administrativa*  
Irmã Teresa Ana Sofiatti

*Assessoria Comercial*  
Irmã Áurea de Almeida Nascimento

*Coordenação da Coleção História*  
Luiz Eugênio Vécio



# Portugal-Brasil

## no século XX

Sociedade, Cultura e Ideologia



2



CEIS 10  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Editora da Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Armanda, 10-50  
CEP 17011-160 - Bauru - SP  
Fone (14) 235-7111 - Fax (14) 235-7219  
e-mail: edusc@edusc.com.br

---

P8536

Portugal-Brasil no século XX : sociedade, cultura e ideologia / organização Christiane Marques Szesz, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sandra Maria Lubisco Brancato, Renato Lopes Leite, Artur Cesar Isaia. -- Bauru, SP : EDUSC, 2003.

454 p. : il. ; 21cm. -- (Coleção História)

Inclui bibliografia.

Co-edição com a UFPR.

ISBN 85-7460-174-8

1. Portugal - História - Séc. 20. 2. Portugal - Ideologia e política. 3. Portugal - Sociedade e cultura. 4. Brasil - História - Séc. 20. 5. Brasil - Ideologia e política. 6. Brasil - Sociedade e cultura. I. Título. II. Série.

CDD 946.902

---

Copyright © EDUSC 2003

home page do organizador:  
[www.geocities.com/renato\\_lopes\\_leite/](http://www.geocities.com/renato_lopes_leite/)

# SUMÁRIO

9    PREFÁCIO

PARTE I  
História política

CAPÍTULO 1

15 Liberalismo, democracia e socialismo na história contemporânea de Portugal  
*Amadeu Carvalho Homem*

CAPÍTULO 2

29 Noções de liberdade em alguns jornais anarquistas portugueses do início do século XX  
*Renato Lopes Leite*

CAPÍTULO 3

49 Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918)  
*Armando B. Malheiro da Silva*

CAPÍTULO 4

87 Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil  
*Helenice Rodrigues da Silva*

CAPÍTULO 5

- 107 Violência contra as crianças abandonadas: Curitiba  
século XX

*Judite Maria Barboza Trindade*

PARTE II

Autoritarismo

CAPÍTULO 1

- 127 Estado Novo português – Estado totalitário?

*Luís Reis Torgal*

CAPÍTULO 2

- 165 O Estado Novo e a questão da identidade  
nacional: a elaboração do outro

*Marion Brepohl de Magalhães*

CAPÍTULO 3

- 183 A ditadura do Estado Novo e a luta contra o nazi-  
fascismo (1942-1945)

*Dennison de Oliveira*

CAPÍTULO 4

- 209 Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação

*Euclides Marchi*

- 233 CAPÍTULO 5

A hierarquia católica brasileira e o passado português

*Artur Cesar Isaia*

CAPÍTULO 6

- 255 Nação e integração autoritária: o Congresso da  
Língua Nacional Cantada, de 1937

*Élio Cantalício Serpa*

PARTE III  
Cultura

CAPÍTULO 1

- 281 Cultura e política. Relações luso-brasileiras nas mudanças de regime (1889-1974)  
*Isabel Nobre Vargas*

CAPÍTULO 2

- 295 Cultura, modernidade e brasilidade (1922-1979)  
*Marcos Napolitano*

CAPÍTULO 3

- 309 *A Pedra do Reino*: o gênero picaresco no Brasil  
*Christiane Marques Szesz*

CAPÍTULO 4

- 327 Camões, Herculano e Pessoa lêem Fernão Lopes  
*Marcella Lopes Guimarães*

CAPÍTULO 5

- 343 Homens de pedra-e-cal do Estado Novo português: estatuária e virilidade da nação  
*Maria Bernardete Ramos*

CAPÍTULO 6

- 369 *Memorial do Convento*: a máquina de voar de José Saramago  
*Silvana Oliveira*

PARTE IV  
Relações internacionais

CAPÍTULO 1

- 383 Portugal – Do passado atlântico ao futuro da Europa

*Maria Manuela Tavares Ribeiro*

CAPÍTULO 2

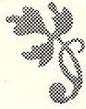
- 403 Consciência histórica, práxis e cultura. Transformações na Europa da integração da segunda metade do século XX

*Estevão C. de Rezende Martins*

CAPÍTULO 3

- 443 A aproximação Brasil/Portugal em 1953: reflexos na Espanha

*Sandra M. L. Brancato*



# PORTUGAL – DO PASSADO ATLÂNTICO AO FUTURO DA EUROPA

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e  
Vice-Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinares  
do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20)

## A VOCAÇÃO EUROPÉIA DE PORTUGAL

O Reino de Portugal manteve, desde as suas origens, um constante intercâmbio político-cultural com a Europa. Da Reconquista Cristã às transações comerciais e culturais dos séculos XIII, XIV e XV, à política de casamentos, ao intercâmbio de alunos universitários, à expansão ultramarina, aos projetos de evangelização, à guerra da restauração, Portugal teve um lugar importante como “ponte cultural e civilizacional entre a Europa e outros continentes”. Na época dos Descobrimentos, Portugal estava na vanguarda do espírito europeu. Propiciou-se o encontro de culturas, de civilizações, de mentalidades, de práticas diferentes. Mas a gesta expansionista significou também um afastamento nacional em relação à Europa. Portugal voltou-se então para o mar.

A sua marginalização geográfica em relação ao continente europeu não apagou, porém, a ligação la-

tente que se manteve com o seu "centro geográfico" e com o seu "centro de poder". Com efeito, o conhecimento de novos mundos trazido pela revolução geográfica das Descobertas alimentou utopias, gerou concepções outras, algumas delas antieuropeístas, mas ajudou também a consolidar a construção da idéia de Europa. Laicismo e cientismo, correntes que ao tempo das Descobertas se consolidaram, como, aliás, o humanismo, reforçaram o valor próprio da Europa, isto é, independentemente da cristandade. Como se sabe, o humanismo foi favorável, por um lado, ao cosmopolitismo e, por outro lado, alimentou o sentimento patriótico, mas enquanto movimento internacional estimulou a consolidação da idéia de Europa. Assumidamente não houve, portanto, no período da expansão, uma atitude antieuropéia.

Camões e *Os Lusíadas*, símbolos nacionais, foram também referentes da cultura européia. A figuração de uma Europa geográfica, cultural e religiosa, articulada com um constante e enraizado sentimento nacional, perdurou pelos séculos XVI, XVII e XVIII. A idéia da superioridade da Europa encontra-la explícita no texto seiscentista de Sousa de Macedo que a refere como "a melhor parte da Orbe coroada por Portugal". Imagem esta que povoa todo o século XVIII, já que os portugueses viam a Europa como a mais ilustre das quatro partes do mundo. A verdade é que poderíamos falar da visão européia de D. João V e dos seus diplomatas Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Fortes ou até mesmo do testamento político do ministro D. Luís da Cunha. Homens como Luís António Verney e a sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*, ou Ribeiro Sanches no seu livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, ou Manuel Gomes de Lima Bezerra em *Os Estrangeiros no Lima*

ou mulheres como a Marquesa de Alorna legaram-nos igualmente uma visão da Europa.

E se no século XVIII Portugal teve outras condições de intervenção, envolvido que esteve em conflitos europeus, que cimentaram a sua consciência europeia, também é importante sublinhar que no século XIX ela perdurou e, mais, revivificou-se. Quando D. João VI embarcou para o Brasil, em 1807, não foram indiferentes os governantes portugueses à correlação de forças europeias. Também Almeida Garrett, na sua obra *Portugal na Balança da Europa*, de 1830, equaciona a situação político-cultural portuguesa e considera “como primeira a nossa Europa”. De igual modo, muitos exilados liberais das primeiras décadas do século XIX testemunham em cartas, em memórias, em relatos de viagem, na poesia ou no romance, a sua vivência na Europa civilizada e a necessidade imperiosa de Portugal acertar o passo no sentido do progresso. Fala-se do equilíbrio europeu na obra de Solano Constâncio, idealiza-se um Congresso das potências europeias no projeto de José Máximo Pinto da Fonseca Rangel e Vicente Ferrer Neto de Paiva, professor de Direito Público na Universidade de Coimbra, define e projeta organicamente a consolidação da paz universal a partir de uma associação europeia.

As polêmicas político-culturais do século XIX – a Questão Coimbrã (1865), as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871) – denunciam a vontade e urgente necessidade de assimilar o “espírito moderno” que animava a Europa, ou seja, segundo as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de Quental, “a idéia de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas novas...”. É também nesse sentido que Antero de Quental se exprime quando pronuncia em 1871 a sua conferência sobre as *Causas*

da *Decadência dos Povos Peninsulares* e acentua que é preciso “ligar Portugal com o movimento moderno”, insistindo também em “procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam, na Europa”.<sup>1</sup> A Europa, espaço geográfico, cultural, religioso mas também psicológico e social. Se para alguns autores a Europa é vista como um Ente Moral, isto é, uma grande Família, tal como a define Faustino José da Madre de Deus, ela é, para outros, mais do que um Ente Moral, o mesmo é dizer que a Europa é um corpo com alma. “Um grande corpo simbólico – escreve Eça de Queirós nas *Notas Contemporâneas* – em que cada pátria é uma forte qualidade física ou uma ambição inteligente da alma... e em que Portugal é a vigorosa ação vital, o movimento espontâneo, a decisão violenta do sangue”.

Assim, como se vê, a Europa personifica-se, corporiza-se. Dito por outras palavras, dá-se-lhe força anímica. Nessa perspectiva, Oliveira Martins escarpeliza com mestria esse conceito de espírito que explica e fundamenta a própria civilização europeia.

Se os demoliberais, socialistas e republicanos, entre outros, José Félix Henriques Nogueira, Antero de Quental, Sebastião de Magalhães Lima propalaram a Federação dos Povos e a formação dos Estados Unidos da Europa outros foram – como os modernistas – que melhor as caracterizaram. O rosto da Europa era, segundo a expressão de Fernando Pessoa, Portugal – Portugal que fita o Ocidente, que olha com nostalgia o mar, “o imaginário complementar da unidade ontológica portuguesa”.

A verdade é que Portugal se debatia, nos fins de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX

---

1. Veja-se o nosso artigo *Le Portugal et le nouveau défi de l'Europe*. In: *Europe: Fédération ou Nations*. Paris: SEDES, 1999. p. 191-204.

com esta questão verdadeiramente crucial: como conciliar a prossecução da construção de uma sociedade multirracial e multicultural, ou seja, a aceitação e integração de outros povos e culturas com a absoluta superioridade europeia? Ganha sentido a afirmação de Eduardo Lourenço: “Ao fim de quatro séculos de vida extra-européia não voltamos os mesmos”. Dito por outras palavras, europeus da primeira hora, os portugueses eram igualmente “intercontinentais” já que a nossa língua e a nossa cultura criaram raízes na África, no Brasil, no Oriente. O mesmo é dizer que há, pois “muita memória em nós portugueses além da multissecular de europeus”.<sup>2</sup>

Mas que país europeu foisó e exclusivamente europeu? Alguma vez a Europa foi só Europa?<sup>3</sup>

## A VIVÊNCIA NACIONALISTA

As seqüelas das duas Guerras Mundiais significaram na consciência dos povos europeus a decadência do nacionalismo expansionista e a superação de formulações coloniais como consequência, por um lado, das hegemónias americana e russa do pós-guerra e, por outro lado, do desejo de independência dos povos colonizados. Assim também o regresso à concepção de uma unidade europeia impunha-se como algo que transcendia uma vivência meramente nacional. Isso significa que a Europa aparecia como resposta possível aos anta-

---

2. LOURENÇO, Eduardo. Portugal: entre a realidade e o sonho. *Oceanos*, n. 16, Lisboa, 1993, p. 11.

3. MACEDO, Jorge Borges de. Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia. *Democracia e Liberdade*, n. 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, p. 11-24.

gonismos e dificuldades com que se deparavam os países do continente entre blocos que se confrontavam. Mas ela aparecia também como antídoto a uma certa sensação de angústia, ou seja, a uma psicose do mundo moderno. Psicose que encontrava a sua causa mais próxima numa sensação de isolamento que não excluía a possibilidade de a Europa se transformar num palco de digladição de interesses alheios.

Atento ao movimento e às mudanças do cenário internacional, Portugal, país pequeno e periférico, o mais ocidental da Europa, fechou-se, ou seja, segundo as palavras de Eduardo Lourenço, “encerrou-se num solilóquio onde a referência ao outro, mesmo formal, foi perdendo pouco a pouco o mínimo de credibilidade e também de utilidade”. De fato, no quadro político operou-se um distanciamento que foi ganhando uma mais forte e profunda consolidação ideológica. Entende-se, assim, que de 1936 a 1939 se radicalizasse, em clara sintonia com os ventos antidemocráticos que varriam a Europa, uma geração nova que comungava de um ideário totalitário. E a mesma conjuntura explica a força do nacionalismo autoritário, filosofia política fundamentadora do pensamento de António de Oliveira Salazar e do regime do Estado Novo, legitimado pela Constituição de 1933. Ele assumiu claramente diretrizes nacionalistas, corporativistas, autoritárias, imperialistas, anticomunistas e anti-socialistas. Por isso, perante as convulsões europeias, Salazar e os salazaristas revelaram uma ideologia fundamentada na formação de estados fortes, na importância de um “internacionalismo autoritário” revestido de um antidemocratismo sistemático. Dessa forma, se a barreira levantada por Hitler ao avanço comunista tinha ruído, outra devia erguer-se contra a Rússia comunista, a “anti-Europa”, na expressão de Gonzague de Reynold, autor de *L'Europe tragique*.

Dir-se-ia que Salazar e os salazaristas receavam mais o comunismo do que o “perigo das democracias”. No entanto, o avanço de uma Europa comunitária, democrática, suscitava também ao regime salazarista e aos seus ideólogos sérias reservas. É importante sublinhar que, na sua concepção, a Europa “não significa propriamente um continente, nem uma estrutura econômica e muito menos uma estrutura política supranacional, mas engloba uma dimensão mais geral, ou seja, é sinónimo de Ocidente”. Esse Ocidente em crise, recuperável, todavia, pela construção de uma “Nova Europa”, erigida segundo os valores tradicionais. É nesse contexto que o historiador do regime salazarista, João Ameal, publica, em 1938, a sua obra *Construção do Novo Estado* e, em 1945, *A Europa e os seus fantasmas* e que Eduardo Freitas da Costa divulga o seu *Testamento da Europa* (1942). Numa perspectiva católica, concepção similar é defendida por Silva Dias em *O Problema da Europa*, em 1945, contrapondo-a à visão mais democrática de Abel Salazar, autor de *A Crise da Europa*, datada de 1942.

Se não restam dúvidas que uma abertura à Europa, em larga medida determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar, também é verdade que esse estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia. Em termos concretos, Portugal não acompanhou como elemento integrador o movimento intelectual que lançou os fundamentos teóricos da Comunidade Europeia. Mas esse nacionalismo ideológico salazarista relativamente à não-integração política europeia não era incompatível com uma certa liberalização económica. Quero com isso dizer que Salazar tomava uma atitude mais pragmática ao admitir as vantagens, sobretudo financeiras, da presença portuguesa em organizações europeias sem que esse ato significasse, no entanto, qualquer compromisso polí-

tico. Não espanta. É que a questão financeira colocou-se, como bem se sabe, de forma insistente a Salazar, já Ministro das Finanças em 1928. O que explica que Salazar se tivesse preocupado com o reequilíbrio económico português à luz de um plano que visava a umas “finanças sãs”. À luz destas intenções, ganha sentido este epíteto atribuído a Salazar, em Abril de 1948: *Um grande Português e um grande Europeu: Salazar*. A evocação aparece como reavivamento do nacionalismo e o reconhecimento do europeísmo salazarista. Tudo se mobilizava, no entanto, para colaborar o mínimo possível à escala europeia, o que permitiria salvaguardar o país das “idéias falsas e palavras vãs”, como anunciara Salazar no seu discurso de 23 de Fevereiro de 1946. Se levarmos em conta o que atrás foi dito verifica-se que a concepção europeísta de Salazar advém da sua conformidade com um plano estratégico. Desse modo, ganha mais amplo significado o alinhamento com a OTAN, em 1949. Não deixa de ser igualmente relevante que se detecte uma persistente visão atlântica na política externa portuguesa. Assim, Portugal não podia desligar-se do Atlântico como não deixava de ser europeu. Todavia, como acrescenta Salazar no mesmo discurso de 1946, “o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”.<sup>4</sup> Para o provar analise-se o significado da Europa enquanto centro nevrálgico do mundo, mas sempre clara e militantemente assumida na perspectiva de uma Europa alargada – uma Europa atlântica. Naturalmente, uma concepção euro-americana e euro-africana e não uma Europa continental, comunitária, federalista. Na verdade, na perspectiva salazarista, Portugal não podia nem devia desligar-se do Atlântico

---

4. SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos IV*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 213.

como não precisava deixar de ser europeu. Sintomaticamente o estadista dizia: “o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”.<sup>5</sup>

É certo que Portugal está na Sociedade das Nações criada em 1920, integra a ONU (1945) dez anos depois da sua formação (1955), mas não viu com bons olhos a constituição do Benelux, em 1947, com a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, o Conselho da Europa, formado em 1949 e o Tratado de Roma, assinado em 1957. Isso explica que a Europa dos Seis, primeira organização efetiva de uma Europa centro-ocidental, tenha sido alvo de críticas no discurso de Salazar proferido na Emissora Nacional em 1º de Novembro de 1957.<sup>6</sup>

Não deixa de ser significativo que a liberalização comercial na Europa e em Portugal dos anos 40 à década de 1960 tenha permitido aos produtores portugueses penetrar nos mercados e entrar no sistema concorrencial europeu. Não se pode esquecer, assim, que Portugal tenha participado na Organização Européia Económica (OECE) criada em 1948. Não admira ainda que Portugal se mostrasse interessado na adesão à Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). A esses compromissos de aproximação de Portugal à Europa, no plano económico, soma-se também o momento em que é criada a EFTA (Associação Européia de Comércio Livre) e a adesão portuguesa em 1960, bem como a integração como membro da OCDE (Organização de Coopera-

---

5. Ibid., p. 211-212. Veja-se TORRAL, Luís Reis. Salazarismo, Fascismo e Europa. *Vértice*, n. 52, Lisboa, jan./fev. 1993, p. 45-60.

6. LUCENA, Manuel de. Nationalisme impérial et Union européenne. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XL, L'Europe des Nations, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 2002, p. 67-91.

ção e Desenvolvimento Econômico). De tudo isso ressalta uma certa flexibilidade em relação a futuras ligações de Portugal às Comunidades Europeias, comprovada, aliás, nas aspirações transmitidas em carta de 18 de Maio de 1968 entregue na sede comunitária pelo embaixador português José Calvet de Magalhães.<sup>7</sup>

É um fato que tentativas houve no sentido de criar um espaço econômico que inserisse Portugal e as colônias, projeto aliás já acalentado nos fins do século XIX. Com o começo da guerra colonial em 1961 a verdade é que a África não podia ser uma alternativa em termos econômicos para Portugal perante a Europa. E se na década de 1960 Portugal sofreu as seqüelas da guerra do Ultramar, foi então que se ergueram os fochos da vanguarda estudantil, em 1962 e 1969; se registraram também fortes movimentos de emigração para os países europeus; se operou a transição do poder de Salazar para Marcelo Caetano, e foi ainda o momento em que se desenvolveu aceleradamente o processo de ruptura do regime político que culminou, como se sabe, com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.<sup>8</sup>

Também a fase preparatória do pedido de adesão de Portugal à CEE, a apresentar em Fevereiro de 1963, é adiada para 1970, ou seja, após a Conferência de Haia de 1969 e depois da integração da Grã-Bretanha. Apesar de não estarem ainda reunidas as condições necessárias para uma efetiva integração de Portugal nas Comunidades Europeias, numa Europa democrática, precon-

---

7. ROLLO, Maria Fernanda. Salazar e a Construção Europeia. *Penélope*, n. 18, Lisboa, 1998, p. 51-86 e CUNHA, Norberto. O Salazarismo e a idéia da Europa. In: LEAL, Ernesto Castro (Coord.). *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*. Lisboa: Colibri, 2001. p. 153-179.

8. SILVA, António Martins da. *Portugal entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000.

zava-se, todavia, um desejável acordo econômico. Ora, foi com este mesmo propósito que se procurou fazer as negociações que ocuparam o ano de 1971. Por fim, o acordo comercial de Bruxelas celebrou-se em 22 de Julho de 1972. Esse ato deve ser visto, é importante notar, como sintoma de aproximação de Portugal à Europa. É que, num momento difícil da vida portuguesa, procurava-se auferir, muito concretamente, as possíveis vantagens econômicas. Por outro lado, é de presumir que dos temores de Salazar comungavam outros estadistas que se manifestavam explicitamente críticos. Veja-se, por exemplo, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que no seu discurso de 8 de Abril de 1970 lembrava que “a integração econômica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política. Por isso, aconselhava que só no “indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar” assentava a realidade da Nação. Daí que Portugal só se fortalecesse “fora e além da Europa”. Por sua vez, o deputado Pinto Leite fundamenta, com objetividade, no seu discurso de 15 de Abril de 1970, na Assembléia Nacional, que a “decadência de Portugal se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa”. Enfim, posições contrastantes num debate que perdurou até aos nossos dias.

Encerrado o ciclo do Império, após a guerra colonial de treze anos que, para alguns, significou um trauma nacional, Portugal continuou, todavia, a valorizar a sua ligação estreita à África, ao Brasil, ao Oriente.

## O PROJETO EUROPEU NO ADVENTO DA DEMOCRACIA

Portugueses, como sempre fomos europeus, levando afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu. E, levando em con-

ta essa asserção, pode mesmo inferir-se que o processo de integração europeia de Portugal é um fenómeno que se insere numa evolução muitas vezes interrompida mas historicamente inevitável. Mas foi a revolução de 25 de Abril de 1974 e a conseqüente democratização de Portugal que fizeram equacionar em novos moldes a nova participação portuguesa na Europa.<sup>9</sup>

Na verdade, não foi a Revolução de Abril que nos abriu as portas à Europa, já que Portugal era membro da Organização Europeia de Cooperação Económica, da União Europeia de Pagamentos, do Acordo Monetário Europeu, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Isto é, a opção económica delineada em 1948 ganhou consistência com a adesão à EFTA, em 1960, e concretizou-se ainda no Acordo de Bruxelas a 1972. Ao contrário, foi a revolução de 1974 e a consolidação da democracia portuguesa que criaram as condições de integração num empreendimento europeu, ou seja, num “projeto supranacional” de vocação democrática, pluralista, de tolerância ideológica, de preservação de identidade nacional.

Corria o ano de 1975 e a cena política portuguesa foi palco da objetivação do processo descolonizador. Com efeito, a inevitabilidade desse fenómeno, tendo em conta as profundas alterações operadas após a Segunda Guerra Mundial, provocou crescentemente mutações económicas, sociais, políticas e estratégicas. Parece assim indiscutível que a descolonização, a fragilidade da economia e os agudos problemas sociais pressionassem a necessidade de se tornar inteligível a urgente transformação interna com a não menos pre-

---

9. FERREIRA, José Medeiros. Os pressupostos do pedido. *Comunidade Europeia*, n. 30, Dez. 1985 – Jan. 1985, p. 16-17. Leia-se, do mesmo autor, *A nova era europeia. De Genebra a Amesterdão*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

mente revisão do posicionamento externo. Isso significa que era já irreversível o processo de uma “redefinição dos objetivos estratégicos nacionais”. Dito de outra forma, estava em marcha a dinâmica de uma evolução política no sentido de privilegiar o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Desse modo, ganham sentido as palavras do economista Ernâni Lopes: “a partir do cruzamento entre descolonização e adesão às CE, Portugal iniciou um novo ciclo histórico”.

Do que ficou exposto se confirma que só depois da revolução de 1974 e com o advento da democracia política se pôde pensar Portugal no projeto europeu, o mesmo é dizer que se equacionou de forma bem clara a reconstrução do lugar e do papel de Portugal na Europa e no mundo. É que se Portugal mantivesse uma posição isolacionista confinar-se-ia, sem dúvida, a um reduto periférico da Europa Unida e da Espanha reforçada. Ficaríamos, uma vez mais, “orgulhosamente sós”.

Parece claro que a melhoria das condições de vida dos Portugueses exigia a modernização do Estado e da sociedade na base de um sistema que salvaguardasse, por um lado, a paz, a segurança, uma mais ampla igualdade e mais equitativa justiça e, por outro lado, um mais sólido equilíbrio num projeto coletivo europeu.

Dada a importância desses objetivos era lógico defender a emancipação da sociedade civil da tutela de um Estado paternalista e fazer vencer a afirmação da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

Dir-se-á que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era ditada como um passo decisivo para “o reencontro com uma vocação histórica de abertura”. Mas reencontro não significava regresso visto que Portugal não esteve nunca ausente da Europa. Desse modo, pode afirmar-se que reencontro é sinônimo de “redescoberta”. Redescoberta que passava pela necessária redefinição de Portugal na Europa e

no mundo, mantendo, porém, como qualquer outra nação, as suas próprias especificidades. Assim, Portugal prosseguia “o seu caminho histórico”.<sup>10</sup>

De fato, se na adesão à CEE não se esgotava totalmente a perspectiva do desenvolvimento português, ela foi tida como componente necessária de uma política global, profunda e coerente que se revelava de capital emergência nascida de uma nova realidade. Se, para alguns, isso significava integrar uma “Europa em crise”, outros, porém, viam nela a saída para a crise portuguesa. Sem pormenorizar todas as vertentes envolvidas nesse debate, interessa captar os seus efeitos nos portugueses defensores deste impacto qualitativo e multidimensional. Houve, todavia, resistências mais ativas ou mais passivas tendentes a obstar à sua concretização.

## A ADESÃO DE PORTUGAL – FATALIDADE OU IMPERATIVO?

Formado o I Governo Constitucional o seu Primeiro Ministro, Mário Soares, apresentou, o pedido de adesão de Portugal à CEE e na sessão da Assembleia da República, de 18 de Março de 1977, justificou circunstanciadamente a posição assumida. “Feita a descolonização – referia – cujos reflexos no nosso viver coletivo continuam a fazer-se sentir – Portugal regressando às suas fronteiras europeias reassume a sua verdadeira identidade no processo de integração, onde melhor sobressaem as nossas potencialidades

---

10. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Il Portogallo in Europa (1945-1986)*. In: *I Movimenti per l'unità europea 1970-1986*. t. I. Bologna: Il Mulino, 2000. p. 363-385.

nacionais, sem esquecer a vocação universalista e africana”. Será útil sublinhar que o debate suscitou um considerável apoio da opinião pública, mas não deixou de mover críticas e suscitar reflexões. Ao mesmo tempo, ganhou expressão na imprensa e nos órgãos de comunicação social, mas outras correntes de opinião questionaram a integração portuguesa nas Comunidades. Não admira. A questão não era, nem foi pacífica. Por sua vez, não foi unânime a posição das forças partidárias. Para se compreender melhor essa afirmação importa sublinhar que o Partido Socialista, em 1976, anunciara já as vantagens das negociações com a CEE. Em 1977, o Partido Social Democrata apoiou publicamente o pedido imediato de adesão.

Por outro lado, foi do Partido Comunista que se levantaram as vozes dissonantes ao afirmar que “a CEE não é a Europa ... é apenas a pequena Europa dos Nove...”. Na sua opinião, “a Europa vai do Atlântico aos Urais”. O diagnóstico feito pela esquerda radical, pela UDP, previa a dependência portuguesa face ao imperialismo europeu. Prova-o ao reiterar que Portugal cumpriria a sua missão com um “projeto meramente nacional”.

Em 28 de Março de 1977 foi apresentado o pedido formal e as negociações foram abertas oficialmente em 17 de Outubro de 1978. Contudo, foram sete anos de sucessivos esforços convergentes aos diversos níveis da vida nacional que permitiram estabelecer em Março de 1985 as grandes coordenadas do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, assinado em 12 de Junho de 1985, para entrar em vigor em 1º de Janeiro de 1986.

É certo que uma corrente favorável, e a mais numerosa, apontava numa direção otimista. Concretamente, reconhecia-se a integração portuguesa

como uma decisão segura que, para além dos seus objetivos políticos e sociais – a consolidação democrática do país –, representava também o caminho certo para o desenvolvimento econômico nacional.

Entre os que a contestavam, o grupo dos ultranacionalistas era o promotor da idéia de que Portugal não podia subsistir sem o seu império equacionando, ainda, os efeitos da integração com a perda da sua própria independência política. Para os “terceiro-mundistas”, adeptos do não alinhamento à Europa, ganhava força a estratégia tendente a fortalecer as relações com os países de expressão portuguesa, em particular com os países africanos como solução alternativa e de “autonomia” em face da integração europeia. Uma outra opinião assinalável é a dos comunistas. Na sua perspectiva, o projeto de integração significava, por um lado, o grau supremo de submissão do país ao capital estrangeiro e, por outro lado, a sobreexploração da mão-de-obra.

Mas uma outra corrente de opinião fundamentava claramente o seu projeto de associação de Portugal às Comunidades Europeias, consolidada, todavia, pelas relações comerciais, dispensando-se a integração do país nas outras valências de estrutura comunitária.

Seja porque a integração representava, para alguns, um passo necessário e irreversível, dada a vocação europeísta de Portugal, pese embora as dificuldades dessa concretização, seja em consequência da corrente tradicionalista que defendia intransigentemente o Portugal pluricontinental e multinacional, o certo é que o debate foi sendo insistente.

Se tudo isso é indício das transformações que iam ocorrendo, pode adiantar-se ainda que a evolução do sistema político português esteve indubitavelmente na base de variações de opinião e da evolução do tratamento da questão europeia. Dito por outras palavras, o problema já candente durante a ditadura salazarista

e o governo de Marcelo Caetano, teve o seu momento maior, o seu reavivamento, após a Revolução de Abril de 1974 e, assim, atraiu e dominou a atenção dos portugueses em várias e sucessivas etapas por que passam o estabelecimento do regime democrático.<sup>11</sup>

Levando em conta essas expectativas, impõe-se indagar: Será a Europa uma “fatalidade”, um “mal menor”, ou então, como afirmou Diogo Freitas do Amaral, será um imperativo da nossa história e da nossa cultura? Isto é, “a Europa será final uma plataforma da nossa identidade”, como se interrogava Lucas Pires?

Seja como for, devemos relevar que a opção europeia não deixou de ser multidimensional. De fato, a integração portuguesa teve um cunho acentuadamente político. Parece claro que Portugal, liberto de um regime autoritário, ao inserir-se na Comunidade das Nações que há muito viviam num sistema democrático estabilizado, garantiria o enraizamento e a consolidação da jovem democracia em construção. É verdade que a garantia da segurança e a estabilidade no sudoeste da Europa tinham um peso assinalável. Como é lógico, a jovem democracia procurava reforçar a salvaguarda dos direitos e liberdade, fundamentais dos cidadãos portugueses. E será com esse propósito que tentava cimentar a liberdade econômica e a liberdade sindical, corolários imprescindíveis à prática democrática. Assim, é nesse contexto que se requeria a clarificação do sistema econômico, ainda fortemente marcado pela ideologia estatizante dos primeiros anos da Revolução de 1974, estimulado pela interpenetração com economias mais avançadas e norteadas por parâmetros modernos de rentabilidade, de eficiência e de gestão.

---

11. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Portugal entre o passado e o futuro. Reencontro da tradição atlântica. In: *El día después. España y sus ex-colonias tras el Desastre del 98*. Madrid: Argés, 1998. p. 259-290.

Por sua vez, a integração europeia de Portugal pelas potencialidades reconhecidas, pelos meios financeiros e organizacionais que propiciava, e ainda pelo forte estímulo que suscitava, assumia um inegável desafio, muito em particular, apontava para a inadiável recuperação econômica do país. Parece, portanto, indiscutível que, nessa perspectiva, a Europa era, pois, uma necessidade. A construção da Europa não era, não é, tão-só, uma realidade econômica. Naturalmente, ela é também uma entidade cultural. A esta luz, Portugal resolveria ainda a crise de identidade nacional decorrente da descolonização e da desagregação político-militar. Isto é, venceria a descrença em si próprio, exorcizando traumas e complexos, por certo sem real fundamento. Assim sendo, registre-se que a integração comunitária desempenhava um papel ativo e fomentador em termos econômicos, mas revelava-se também como móbil de construção cultural, civilizacional e espiritual.

Entendia-se, dessa forma, que a adesão de Portugal acentuava a sua dimensão internacional e fazia jus à vocação que a história conferiu à cultura portuguesa. Do que ficou dito, pode-se, pois, concluir que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias se explica e deve ser entendida numa quádrupla perspectiva: política, histórico-cultural, econômica e social.

Dir-se-ia que tal opção foi assumida como projeto nacional determinante, prioritário e irreversível da política interna e externa. Mais concretamente, o desafio europeu traduzia-se na modernização de métodos, de prática, e de mentalidades.

Os anos 80 e os que se seguiram, até hoje, trouxeram algumas evoluções significativas no âmbito do tema em discussão: vontade de adesão, crescente e generalizada consciência das dificuldades da concretude dessa vontade e a sentida irreversibilidade da vocação europeia de Portugal. Com efeito, pode afirmar-se que

o tom dominante assinalava a inevitabilidade histórica da integração comunitária e acentuava, de igual modo, a irreversibilidade histórica da aceitação da candidatura portuguesa por parte das comunidades. Momento único! Se não, talvez Portugal sofresse o drama do isolamento europeu e, até mesmo, do isolamento ibérico.

Em última análise, se o país entrou na Comunidade Européia e permanece hoje na União Européia será isso, ou não, do interesse nacional? Se é, há que fortalecer a própria união.



O Colóquio Internacional “Portugal-Brasil no Século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia” é resultado da aproximação de pesquisadores brasileiros a pesquisadores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra, Portugal. O colóquio transcorreu no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, entre 24 e 26 de setembro de 2001.

A organização do evento agradece o patrocínio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPR. Agradece também à Fundação Araucária, *fundação de fomento à pesquisa no Estado do Paraná*. Agradece ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgãos do governo brasileiro voltados ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.



2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA